

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS –
CTIL
ATA DA 89ª REUNIÃO**

4 Data: 8 de fevereiro de 2007 (10h10 às 17h10).

5 Local: Miniauditório da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília-DF.

6 PARTICIPANTES:

7 ■ Ministério do Meio Ambiente – SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)

8 ■ Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)

9 ■ Ministério da Integração Nacional: Paulo Roberto Soares Jr. (paulorsjunior@yahoo.com.br)

10 ■ Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.araujo@cidades.gov.br)

11 ■ Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos

12 (mauricio.lopes@ana.gov.br)

13 ■ Ministério de Minas e Energia: Marina Gutierrez Brandão Scalon (marina.scalon@mme.gov.br)

14 ■ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Espírito Santo e Minas Gerais: (ausência)

15 ■ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Rio de Janeiro e São Paulo: Maurício Lenzi Brandão

16 (mlbrandao@sp.gov.br)

17 ■ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Bahia e Ceará: (ausência)

18 ■ Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Sergipe e Piauí: (ausência)

19 ■ Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: (ausência)

20 ■ Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)

21 ■ Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: (ausência)

22 ■ Comitês: (ausência)

23 ■ Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Daniela S. Pinto

24 (daniela@ecodata.org.br)

25 ■ Organizações não governamentais: (ausência)

26 ■ Organizações técnicas de ensino e pesquisa: Marco Antônio Almeida de Souza (maasouza@unb.br)

27 CONVIDADOS:

28 ■ Alexandre Emanuel Souza Penido – Elabore Consultoria (alexandre.penido@elabore.com.br)

29 ■ Andréa Paula de Carestiatto Costa – Instituto Ipanema/FBOMS (acarestiatto@institutoipanema.br)

30 ■ Aureliano César Martins Silva – SRH/MMA (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br)

31 ■ Christian André Haddad Govastki – DMSE/MME (christian.govastki@mme.gov.br)

32 ■ Demetrios Christofidis – MEC (demetriosugpo2002@yahoo.com.br)

33 ■ Fabiano Chaves da Silva – SRH/MMA (fabiano.silva@mma.gov.br)

34 ■ Francisco Ubiracy Craveiro de Araújo – Instituto Ipanema/FBOMS

35 ■ João Clímaco Soares de Mendonça – FONASC-CBH (climaco@uai.com.br)

36 ■ Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)

37 ■ Mariana Cavalcante – PATRI (mariana.cavalcante@patri.com.br)

38 ■ Moisés Pinto Gomes – ANA (moises.gomes@Ana.gov.br)

39 ■ Raquel Scalia Alves Ferreira – SRH/MMA (raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br)

40 ■ Rebecca Abers – Instituto de Ciência Política - UnB (rebecca.thers@gmail.com)

41 ■ Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonite@ig.com.br)

42 ■ Rodrigo Massad – Min. das Cidades (rodrigo.massad@cidades.gov.br)

43 ■ Rodrigo Speziali – SRH/MMA (rodrigo.carvalho@mma.gov.br)

44 ■ Thais Silva Rahrer Martins – Elabore Consultoria (thaisrahrer@gmail.com)

45 ■ Wilson Bonança – FAESP (wbonanca@srjundiai.com.br)

46 RELATOR:

47 ■ Luiz Cláudio de Castro Figueiredo – SRH/MMA (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br)

48 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

49 Às dez horas e dez minutos do dia oito de fevereiro de 2007, no miniauditório da Secretaria
50 de Recursos Hídricos – SRH/MMA, em Brasília/DF, iniciou-se a 89ª reunião da Câmara
51 Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTEL, do Conselho Nacional de Recursos
52 Hídricos – CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
53 (SRH/MMA), Presidente da CTEL, declarou abertos os trabalhos e desejou um feliz 2007 a
54 todos. Já nos **Informes**, falou sobre a “Oficina para discussão das propostas de detalhamento
55 dos Programas e Sub-programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos”, evento a ser
56 realizado sob a coordenação da SRH/MMA nos dias 19 a 21 de março próximo. Passou então
57 a palavra ao Sr. Fabiano Silva (SRH/MMA) para exposição sobre a Oficina. O Sr. Fabiano
58 Silva (SRH/MMA) disse que o convite para participação na Oficina será encaminhado a todos

59os membros das Câmaras Técnicas do CNRH, sendo considerado como uma reunião de cada
60uma delas, com pauta exclusiva para a Oficina. Indicou o site do evento: <http://www.cnrh-61srh.gov.br/pnrh>, onde poderão ser obtidas mais informações, assim como feitas as inscrições,
62imprescindíveis para a participação. Complementando, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut
63(SRH/MMA) disse que o processo de análise do detalhamento dos Programas do PNRH pelas
64Câmaras Técnicas poderia se tornar muito extenso e que, portanto, esse debate seria realizado
65nessa Oficina proposta, sendo seu resultado encaminhado à CT do Plano Nacional de
66Recursos Hídricos – CTPNRH. Assim, disse, após a análise dos aspectos legais e
67institucionais nesta CTIL, e findo o processo proposto, seria encaminhada para o Plenário do
68CNRH. Já nos questionamentos, foi sugerido que no procedimento de inscrição da Oficina
69fosse possível a opção pela temática de interesse para participação nos debates, além da opção
70já existente para as Câmaras Técnicas. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) indicou que
7195% das afinidades das ações propostas no Plano Nacional de Recursos Hídricos se dariam
72com os Ministérios das Cidades, da Integração Nacional e com o da Saúde. Pelo fato, opinou
73que caberiam especificidades para a participação dos seus respectivos representantes.
74Finalizando, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou que a equipe da SRH/MMA
75responsável pela organização da Oficina estudasse as sugestões apresentadas nesta reunião.
76Ainda nos Informes, o Sr. João Clímaco (ONGs) entregou à Secretaria Executiva um
77documento do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas –
78FONASC.CBH contendo demanda das organizações civis do Estado do Piauí para a criação
79de um comitê para a bacia hidrográfica do rio Parnaíba. Informou que tentativas de apoio para
80a implementação de instrumentos para a gestão das águas desta bacia viriam ocorrendo há três
81anos. Falou da recente realização de consulta pública na região da bacia para a implementação
82de três novos empreendimentos de geração de energia hidrelétrica no rio Parnaíba. Disse que
83haveria por parte da sociedade civil da região uma demanda de participação no processo, e
84que os citados empreendimentos não seriam aprovados de forma autoritária, desconsiderando
85o processo participativo previsto pelo sistema de recursos hídricos. O Sr. Luiz Cláudio
86Figueiredo (SRH/MMA) leu documento encaminhado pelo Sr. Marcus Vinicius Silva
87(Comitês) justificando sua ausência em razão de intimação do Poder Judiciário nesta mesma
88data, “por tratar-se de primeira e única falta em dois anos de sua participação”. Em
89continuidade, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) passou a palavra ao Sr. Francisco
90Ubiracy (Instituto Ipanema/ONGs), que encaminhou os seguintes questionamentos à
91Secretaria Executiva do CNRH, com solicitação expressa de resposta formal: 1) o porque do
92impedimento da participação com direito a voto do representante das ONGs nesta e outras
93Câmaras Técnicas do CNRH, segundo constaria, com base em parecer emitido pela
94Advocacia Geral da União – AGU; 2) sobre a solicitação encaminhada pela Sra. Ninon
95Machado (ONGs) de conhecimento do citado parecer da AGU; 3) da inexistência de
96conhecimento ao Instituto Ipanema sobre a resposta formal ao documento denúncia
97protocolado na SRH/MMA questionando a inscrição do Conselho Popular de Defesa dos
98Direitos Humanos dos Moradores do Bairro Felicidade - COPDHEMFE para participação no
99último processo eletivo do CNRH; e, por fim, 4) o encaminhamento de um pedido para o
100cancelamento das faltas ocorridas nas reuniões das Câmaras Técnicas, aquelas decorrentes da
101situação de não indicação consensual de representantes do Segmento. Concluiu informando
102da intenção de formulação de um questionamento sobre a legitimidade desses atos, após o
103recebimento das respostas formais aos quatro tópicos levantados. O Sr. João Clímaco (ONGs)
104esclareceu que a eleição da COPDHEMFE como representante titular do Segmento na
105Assembléia das ONGs para o CNRH ocorrera sob um clima de embate político, advindo daí a
106denúncia apresentada e que a outra parte teria se pautado por uma postura inapropriada de
107intolerância ao avanço e inclusão de mais atores sociais na gestão das águas. Disse que o
108Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas – FONASC.CBH
109não fora habilitado para participar do citado processo eletivo, conforme critérios da Resolução
110CNRH nº 14, de 2000, mas que o FONASC, dentro de suas competências estatutárias
111expressas em uma rede de entidades associadas que teriam se habilitado, dentre as quais o
112COPEDHEMFE, teria possibilitado que quase 70% dos votos da Assembléia fossem

113encaminhados para uma entidade pertencente a rede. Entretanto, prosseguiu, fora contraído na
114ocasião um acordo visando a construção de uma participação harmônica do segmento no
115CNRH, não se chegando a um entendimento para a indicação dos representantes para
116participação nas Câmaras Técnicas. Concluiu expondo seu descontentamento com o
117questionamento sobre a legitimidade da COPDHEMFE, como um fato decorrente e originado
118de pessoas e grupos que não teriam uma leitura e compreensão da estrutura e conjuntura atual
119das organizações civis e dos movimentos sociais no país. Informou ainda que a interpretação
120propugnada por esses setores seria uma tentativa de desqualificar o conceito de atuação e
121organização em redes colaborativas, no qual a COPEDEHEMFE se qualificaria na questão da
122representação, se enquadrando e atuando como entidade associada e integrante do
123FONASC.CBH, sem prejuízo de sua legitimidade e competência legal enquanto entidade
124isolada, se constituindo em uma organização legal com atuação em várias frentes de políticas
125públicas, inclusive no âmbito da gestão de recursos hídricos e em especial das iniciativas
126relacionadas ao rio Tamborí, afluente do rio das Velhas, desenvolvendo projetos de
127educação ambiental, saneamento e demais políticas públicas, conforme foi informado no
128processo eleitoral, tendo contado com reconhecimento através de prêmios pela sua
129importância social, atuando através de convênios com várias instâncias de poder, com sua
130situação legal e fiscal em dia. Citou o exemplo do Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos
131Sociais para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – FBOMS, com cujas várias
132das entidades associadas o FONASC.CBH vivenciaria uma relação de respeito e parceria. O
133Sr. João Clímaco (ONGs) esclareceu que a eleição da COPDHEMFE como representante
134titular do Segmento na Assembléia das ONGs para o CNRH ocorrera sob um clima de
135embate político, advindo daí a denúncia apresentada. Disse que o Fórum Nacional da
136Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas – FONASC.CBH não fora habilitado
137para participar do citado processo eletivo, conforme critérios da Resolução CNRH nº 14, de
1382000, mas que várias de suas associadas teriam participado, as quais teriam obtido 70% dos
139votos da Assembléia, sendo entretanto contraído, na ocasião, um acordo visando a construção
140de uma participação harmônica do segmento no CNRH. Todavia, prosseguiu, não se teria
141posteriormente chegado a um entendimento para a indicação dos representantes para
142participação nas Câmaras Técnicas. Concluiu expondo seu descontentamento com o
143questionamento sobre a legitimidade da COPDHEMFE. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
144(SRH/MMA) iniciou dizendo que achava essa situação lamentável, e argumentou que o
145assunto em foco seria de responsabilidade do segmento, que deveria resolvê-lo. Lembrou que
146a inexistência de uma indicação consensual do Segmento viria impedindo a SRH/MMA de
147providenciar o custeio da participação dos representantes nas reuniões das Câmaras Técnicas.
148Esclareceu ainda que a participação da Secretaria Executiva nos processos eletivos para o
149CNRH se restringia à análise da documentação recebida, encaminhando-a para a decisão
150soberana das assembleias de cada segmento. Prosseguindo, destacou o entendimento que a
151questão deveria ser resolvida no âmbito do próprio segmento das ONGs, mas que, entretanto,
152a Secretaria Executiva, visando preservar o bom funcionamento do SINGREH, teria tomado a
153iniciativa de vários esforços na busca de um entendimento entre os dois representantes
154titulares, inclusive a realização e mediação de duas reuniões entre as partes. Nessas
155oportunidades, continuou, teria sido obtido o consenso para a responsabilidade de indicação
156de representantes em quatro das nove Câmaras do CNRH que o segmento teria participação.
157Assim sendo, nas cinco restantes, considerando que não caberia à Secretaria Executiva
158arbitrar qual dos dois indicados seria o representante, esta se encontraria na impossibilidade
159de custear as despesas do representante, à qual que por consequência, para que não houvesse a
160interpretação de possível favorecimento a alguma das partes, e questionamento da outra, não
161teria restado outra alternativa que não o impedimento da participação com direito a voto nas
162reuniões dessas câmaras técnicas, até que os dois conselheiros entrassem em acordo na
163definição de quem representaria o segmento nessas CTs. Disse ainda que, salvo melhor juízo,
164não se teria conhecimento de um parecer da AGU sobre a questão, tendo ocorrido sim, um
165encaminhamento interno do documento denúncia contra a COPDHEMFE à CONJUR/MMA,
166cuja composição incorpora advogados da AGU, sendo recebida uma indicação para a

167apuração dos fatos pela própria Secretaria Executiva. Com a palavra, o Sr. Francisco Ubiracy
168(Instituto Ipanema/ONGs) alertou que não seria verdadeiro o percentual de votos na
169Assembléia conforme informado pelo Sr. João Clímaco (ONGs). Em seguida, classificou os
170questionamentos por ele trazidos como de caráter legal, não sendo políticos e tampouco
171pretenderiam uma vitimização do segmento. Ratificou assim sua solicitação de uma
172explicação para o impedimento de participação com direito a voto de representantes do
173segmento nas reuniões das Câmaras Técnicas, com a conseqüente tomada de faltas. Expôs seu
174entendimento que as decisões de tais reuniões poderiam, inclusive, ser invalidadas. O Sr. Julio
175Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) interpôs que a situação em debate teria se originado no
176âmbito do próprio segmento das ONGS, não no impedimento da participação com direito a
177voto. A Sra. Andréa Carestiato (ONGs) disse que os questionamentos trazidos se referiam ao
178impedimento da participação com direito a voto, não às causas do não acordo no âmbito do
179segmento, o que poderia implicar no não reconhecimento do segmento das ONGs no âmbito
180do SINGREH. Salientou que haveria o registro, nas atas das reuniões (**Anexo II**) realizadas
181entre as partes por iniciativa da SRH/MMA, da apresentação pela Sra. Ninon Machado
182(ONGs) de uma proposta de divisão de responsabilidades não aceita inteiramente pelo Sr.
183João Clímaco (ONGs), perdurando assim a situação atual de indefinição em cinco Câmaras.
184Indicou como inverídica a descrição da assembléia do Segmento apresentada pelo Sr. João
185Clímaco (ONGs), registrando que o Fórum Brasileiro das ONGs e Movimentos Sociais para o
186Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – FBOMS não aceitava as críticas levantadas.
187Finalizou lamentando o constrangimento de trazer em tais circunstâncias essa informação,
188mas que, contudo, a presença na CTIL seria com base no sentimento de preocupação e de
189proteção do SINGREH quanto às conseqüências, caso as distorções quanto à legitimidade e à
190representatividade demonstradas não sejam direta e corajosamente enfrentadas, e não apenas
191no âmbito do segmento da Sociedade Civil - por acaso no momento atual sendo o foco dessa
192situação, mas que poderia vir a acontecer com qualquer outro segmento. Portanto, concluiu,
193esse entendimento da questão como de interesse do conjunto de gestores, por estar em jogo a
194credibilidade do SINGREH e o dever moral de todos de preservá-lo. O Sr. Byron Costa (Min.
195Justiça) opinou que não caberia nesta CTIL o debate das questões levantadas, considerando
196que o entendimento deveria ocorrer no âmbito do próprio Segmento. O Sr. João Clímaco
197(ONGs) disse que não aceitava as tentativas de deslegitimizar a representação da
198COPDHMEFE no CNRH, afirmando que o que estaria por trás desse embate político seria
199uma disputa de duas concepções com visões e práticas diferentes de se pensar e atuar na
200conjuntura e estrutura dos movimentos sociais pelas águas, que ele denominou como
201aparelhista, corporativista e patrimonialista, entre outras práticas. O Sr. Demetrios
202Christofidis (MEC) trouxe a conhecimento a sua preocupação, na qualidade de Presidente da
203CTEM, com a participação do Segmento das ONGS nas atividades dessa e demais Câmaras
204do CNRH, em especial em se considerando a existência de duas faltas consecutivas nas
205últimas reuniões da CTEM. Disse que a própria qualidade dos representantes indicados
206individualmente pelos Conselheiros para a CTEM demonstrava a importância dessa
207participação. Sugeriu que a Secretaria Executiva, além da marcação de uma nova reunião
208entre os Conselheiros do segmento, estudasse uma forma de suspensão da aplicação da
209penalidade de exclusão por faltas, e ainda, que o segmento organizasse um seminário para
210indicação de seus representantes. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) opinou que não
211caberia a esta CTIL uma decisão sobre as questões apresentadas, considerando se tratar de um
212problema interno ao Segmento. Juntou-se ao Sr. Demetrios Christofidis (MEC) na sugestão de
213uma suspensão extraordinária das penalidades cabíveis para o caso de faltas do segmento das
214ONGs nas reuniões das CTs. Pelo fato em debate, opinou pela importância de se tratar nesta
215CTIL questões ligadas à representatividade no CNRH. A Sra. Maria Luiza Werneck
216(Indústria) ressaltou que o problema trazido deveria ser resolvido no âmbito do próprio
217Segmento, não junto à Secretaria Executiva. Assim, findos os informes iniciais, o Sr. Julio
218Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) passou ao **Item 2 de pauta: Aprovação da ata da 88ª reunião**
219**da CTIL**, o que ocorreu com as modificações encaminhadas por correio eletrônico pela Sra.
220Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica). Em prosseguimento, partiu-se para

221o *Item 3 de pauta: Análise da proposta de Resolução que “estabelece os procedimentos*
222*para promover a articulação entre o CNRH e os Comitês, visando definir as prioridades de*
223*aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II, §*
224*1º, art. 17, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de*
225*2000” - encaminhada pela CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB.* Com
226a palavra, o Sr. Rodrigo Speziali (SRH/MMA), Presidente da CTCOB, que destacou o caráter
227de aprimoramento trazido pela proposta (**Anexo III**), considerando uma primeira tentativa de
228apresentação da matéria ocorrida anteriormente. Fez um histórico do assunto, iniciando pela
229Resolução CNRH nº 41, de 2004, que determinara a necessidade do estabelecimento de
230procedimentos, prazos e formas para a definição anual pelo CNRH, em articulação com os
231Comitês, das prioridades de aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos
232recursos hídricos. Ressaltou que a proposta dizia respeito aos recursos arrecadados junto ao
233setor elétrico e que sua forma previa a consulta aos Comitês de bacia em rios de domínio da
234União e aos Conselhos Estaduais, tendo sido adotados os Programas e Sub-programas do
235PNRH como norteadores para a indicação da priorização das aplicações, uma forma de
236potencializar as demandas. Nos comentários, o Sr. Maurício Brandão (CERH-SP) questionou
237como seriam valoradas as prioridades díspares que certamente seriam apresentadas, ainda
238mais se considerando as diversidades do País. Em resposta, o Sr. Rodrigo Speziali
239(SRH/MMA) reforçou a utilização dos programas do PNRH na consolidação das respostas. O
240Sr. João Clímaco (ONGs) propôs que fosse estudada uma proposta de moção dirigida aos
241Estados sugerindo a criação, no seu âmbito, de fundos para a gestão dos recursos provenientes
242da cobrança. Passou-se então à discussão do texto da proposta, que ficou conforme **Anexo IV**,
243tendo se estendido até o intervalo para almoço, concedido às 12h45. O retorno se deu às
24414h25, quando o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), abordando o *Item 4 de pauta:*
245*Debates para a análise do tema da representatividade nos processos eletivos para o CNRH,*
246convidou a Sra. Rebecca Abers, Professora do Instituto de Ciência Política da Universidade
247de Brasília – UnB, para apresentação de palestra sobre o tema da representatividade (**Anexo**
248**V**). Em seguida, agradeceu a presença e enalteceu a capacidade da Sra. Rebecca Abers para
249discutir a questão. A Sra. Rebecca Abers (UnB) iniciou salientando a demanda encaminhada
250pela Secretaria Executiva de uma apresentação baseada em conceitos, com o intuito de
251subsidiar os debates subseqüentes sobre a questão da representatividade no CNRH.. Destacou
252a atualidade do tema nos debates em ciências políticas, assim como a dificuldade em se obter
253um conceito único para o termo, possuidor de um significado. Falou então sobre a
254representação na vida política, que passaria obrigatoriamente pela legitimidade, se dividindo
255em duas dimensões: autorização e *accountability*, este último sem uma tradução precisa em
256português, podendo ser entendido como “responsabilização”, algo como o representante
257devolver confirmações de seu trabalho ao representado. Assim, sob o ponto de vista dessas
258duas dimensões, a Sra. Rebecca Abers (UnB) disse da sua intenção nessa apresentação de
259discutir representatividade para um sistema associativo, como o dos colegiados de recursos
260hídricos. Dissertou então sobre os componentes da Autorização: a) métodos de escolha dos
261representantes (não necessariamente voto); b) definição dos seus termos (representante seria
262autorizado a tomar decisões segundo orientações, mas como ficaria a liberdade para
263deliberações e quais seriam os compromissos do representado em relação ao cumprimento das
264decisões tomadas?); c) mecanismos para a garantia dos termos (representante autorizado a
265tomar decisões que afetam a todos, estando as obrigações do representado indefinidas na
266gestão de recursos hídricos). Sobre os componentes do *accountability*, destacou as obrigações
267do representante (comunicar-se com os membros; comprovação esporádica das ações),
268indicando como caso geral uma carência na sua definição. A Sra. Rebecca Abers (UnB)
269abordou então a representação associativa, em dois níveis: a) associações como representantes
270da sociedade (questionando se a falta de um processo de autorização não se traduziria em falta
271de legitimidade); e, b) associações como representantes de associações, o caso dos colegiados
272(nem sempre seria claro quem estaria sendo representado; expectativas seriam muito fortes).
273Assim, questionou se uma relação representativa realmente não se assemelharia a uma
274representação parlamentar, destacando os problemas advindos da aplicação de expectativas da

275segunda para a primeira, em especial nas questões ligadas à igualdade matemática, ao
276monopólio representativo e à verificação de cumprimento. Comentou que as organizações
277civis prezariam muito a sua autonomia no País, daí a dificuldade geral de aceitação de um
278sistema de representação através do qual seriam obrigadas a cumprir decisões tomadas por
279outras entidades. A Sra. Rebecca Abers (UnB) finalizou exibindo sugestões de questões a
280serem debatidas nesta CTIL, a saber: quem ou o que deve ser representado; quais seriam os
281termos da autorização; que mecanismos garantiam esses termos; que obrigações de
282*accountability* seriam apropriadas; que mecanismos garantiriam essas obrigações. Por fim,
283enfatizou alguns dilemas democráticos a serem considerados nesse debate: participação x
284inclusão; igualdade x direito de minorias; controle popular x deliberação. A Sra. Rebecca
285Abers (UnB) agradeceu então a oportunidade da apresentação indicando sua disponibilidade
286para debates e colocando à disposição de todos os resultados obtidos pelo Projeto Marca D
287Água. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) agradeceu a presença da Sra. Rebecca
288Abers (UnB), pela sua palestra esclarecedora e a colocação clara dos problemas inerentes ao
289tema. O Sr. João Clímaco (ONGs) chamou atenção da questão de se pensar a questão da
290representatividade sobre o ponto de vista da metodologia, considerando que, como no caso do
291segmento das ONGs no CNRH, as representações também poderiam se definir em função de
292outras variáveis das ciências humanas que fundamentam concepções ideológicas e práticas no
293exercício da representação. Destacou a importância das ferramentas teóricas das ciências
294sociais apresentadas para uma melhor análise do sistema eletivo atualmente adotado para a
295gestão de recursos hídricos. Indicou que uma avaliação do processo de representação para o
296segmento das ONGs no CNRH deveria procurar privilegiar aspectos da cultura política e suas
297derivações ideológicas, no que citou como exemplo a importância dos conceitos de
298corporativismo, patrimonialismo e aparelhismo, como fatores da cultura política histórica que
299deveriam ser considerados. A Sra. Rebecca Abers (UnB) lembrou da importância, para a
300questão da representatividade no CNRH, de uma definição dos aspectos que se desejaria
301privilegiar no processo eletivo dos representantes de cada segmento. O Sr. Julio Thadeu
302Kettelhut (SRH/MMA) indicou a importância do parâmetro “representatividade x
303operacionalidade” para as definições pretendidas. Disse que uma situação ideal seria a
304participação de todos nas decisões, o que não seria viável operacionalmente e tampouco
305economicamente. A questão numérica, prosseguiu, se resolveria no ponto de encontro do
306gráfico dessas duas curvas (operacional x representatividade), sendo específico para cada
307segmento do CNRH. Opinou que o sistema deveria ser dinâmico nas questões ligados ao
308processo eletivo do CNRH e possuir mecanismos para uma rápida correção/alteração de
309rumos. Como um mecanismo eficiente de *accountability*, propôs que cada Conselheiro
310representante no CNRH se responsabilizasse pela disponibilização de informações em um
311espaço específico no sítio eletrônico do CNRH. A Sra. Rebecca Abers (UnB) disse que
312soluções digitais seriam um meio interessante para reforço do *accountability*, mas destacou a
313importância de se privilegiar o espaço de debates, de troca de pontos de vista. Lembrou que a
314representação não deveria ser entendida como uma solução medíocre para a participação.
315Contemporizando, falou que na teoria política não havia o entendimento de uma definição
316única para representatividade. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) expôs que uma solução
317para a representação no CNRH seria a adoção da forma de democracia participativa direta,
318com precauções sobre o poder da mídia. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) disse que
319apesar da capilaridade do sistema de recursos hídricos, seu processo eletivo se caracterizaria
320por situações circunstanciadas. Ainda mais, lembrou, pela inexistência de regras de escolha de
321líderes que não impliquem em distorções. Destacou que um sistema que se disporia, pelo seu
322desenho, a carrear representantes para o processo decisório, não poderia carecer do
323estabelecimento de regras de autorização para os diversos segmentos, respeitadas as
324especificidades. O Sr. Wilson Bonança (FAESP) falou da importância de uma efetiva
325interação entre os representantes eleitos para cada segmento. Questionou se a normatização
326seria a melhor saída para o processo eletivo no CNRH. A Sra. Maria Luiza Werneck
327(Indústria) reforçou a questão do respeito às especificidades de cada setor. Disse que o
328segmento usuário da indústria estabelecia em lei a sua representação pela Confederação

329 Nacional da Indústria – CNI. Assim, opinou que, no seu entendimento, caberia ao setor
330 privado estabelecer suas próprias regras de representação, para que não houvesse intervenção
331 no seu espaço de liberdade assegurado constitucionalmente. No caso da indústria, disse, a
332 representatividade da CNI de sua categoria seria institucional, sendo vedada, como prevê a CF
333 (art. 8º, I, *in fine*) a interferência e a intervenção do poder público na organização sindical.
334 Concluiu expondo sua posição de que cada setor deveria estabelecer as suas próprias regras. A
335 Sra. Rebecca Abers (UnB) falou do seu interesse em debater essa questão, indicando que teria
336 cortado da sua apresentação a abordagem da representatividade sob o ponto de vista do
337 sistema corporativo, aplicável a algumas características de usuários. Concluindo sua
338 participação, destacou que os fenômenos debatidos nessa temática seriam novos e não
339 encontrariam respaldo nas teorias da ciência política antiga. Lembrou da existência de
340 sistemas muito fortes em autorização, mas fracos em *accountability*, e vice versa. Destacou
341 como situação ideal que os atores sociais de organizassem, não cabendo, entretanto, uma
342 regra nesse sentido, tampouco definições de forma. Agradeceu então a oportunidade da
343 apresentação, esperando que tivesse contribuído para o debate nesta CTIL. Destacou sua
344 disponibilidade e interesse para outros contatos e novos debates do tema. O Sr. Julio Thadeu
345 Kettelhut (SRH/MMA), por sua vez, agradeceu a participação da Sra. Rebecca Abers (UnB),
346 destacando a importância dessa apresentação, lembrando que o tema não seria esgotado nesta
347 reunião. O Sr. João Clímaco (ONGs) disse que encaminharia uma proposta de apresentação
348 para a próxima reunião para a discussão da representatividade sob o conceito de redes sócio-
349 técnicas de poder. Passou-se então ao **Item 5 de pauta: Análise do Relatório final do GT**
350 **“Resolução ANA nº 399, de 2004”**. Com a palavra, o Sr. Maurício Vasconcellos (ANA),
351 integrante do GT, que iniciou explicando o propósito da citada Resolução, de estabelecer
352 procedimentos técnicos para a definição do curso de água principal de uma bacia hidrográfica,
353 uma ferramenta imprescindível para legitimar as ações da ANA na sua competência de
354 implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Relatou também sobre os
355 desdobramentos dos critérios adotados sobre a dominialidade dos cursos de água. Disse que o
356 GT fora então criado com a incumbência de estudar a legitimidade da Resolução ANA nº
357 399, de 2004, considerando as competências da Agência tanto para editar tal norma quanto
358 para propor alteração de uma norma do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia
359 Elétrica – DNAEE, embora esse último não tivesse tal atribuição explícita. Referindo-se ao
360 Relatório final do GT (**Anexo VI**), destacou a falta de consenso sobre o seu tema principal,
361 mas leu um trecho explicitando o consenso obtido sobre as sugestões para uma continuidade
362 do trabalho, a seguir transcrito: “Assim, ... , foi solicitado registro do consenso obtido no
363 âmbito do GT para a seguinte recomendação sobre a matéria: que seja estabelecido um
364 grupo, contando com ampla participação e em especial dos Estados, para a formulação de
365 uma proposta de projeto de lei de definição de critérios para a classificação do curso de
366 água principal de uma bacia hidrográfica. Ou ainda, como proposta alternativa, que a
367 competência para tal definição fosse atribuída ao CNRH, o que por si só garantiria uma
368 construção participativa desses critérios.” Indicou que o Relatório apresentado traria os dois
369 posicionamentos distintos trazidos para o GT. Argumentou que se a Resolução da ANA fosse
370 considerada sem legitimidade, tampouco a teria a do DNAEE, o que deixaria o SINGREH à
371 deriva quanto à questão. Finalizou enfatizando a proposta do GT para que o CNRH evocasse
372 para si a atribuição de definir essa questão, com base nos inc. VI e X do art. 35 da Lei nº
373 39.433, de 1997, trazendo para o âmbito das Câmaras Técnicas o estudo da matéria e o
374 estabelecimento de tais critérios. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) expôs seu
375 entendimento que essa matéria não caberia à ANA e tampouco ao DNAEE. Aprovou a
376 proposta de estudo do tema no âmbito do CNRH, procurando-se uma justificativa entre as
377 suas atribuições estabelecidas por lei, ou ainda atribuindo-se uma nova. A Sra. Maria Luiza
378 Werneck (Indústria) indicou como sua preocupação maior a alteração de dominialidade dos
379 cursos de água decorrentes dos critérios estabelecidos na Resolução, já que seria matéria
380 constitucional. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que os debates teriam
381 evidenciado a necessidade do preenchimento dessa lacuna verificada e opinou que a forma
382 mais adequada seria um entendimento para seu debate no âmbito do CNRH, o que por si só

garantiria uma construção participativa. Assim, propôs que o encaminhamento à Secretaria Executiva de uma solicitação de estudo e elaboração de minuta de justificativas para que o tema do estabelecimento de critérios para a definição do curso de água principal de uma bacia hidrográfica fosse debatido e normatizado no âmbito do CNRH. A proposta foi acatada por todos. Passou-se então ao **Item 6 de pauta: Discussão e encaminhamento da Moção do CEIVAP que “dispõe sobre a representação no CNRH dos membros dos comitês de bacias de rios de domínio da União”**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) explicou que a Moção em apreço (**Anexo VII**) fora endereçada à Secretaria Executiva do CNRH e por ela encaminhada a esta CTIL, e que traria uma solicitação de revisão no processo de representação do CNRH de modo a garantir a participação de representantes dos comitês de bacia hidrográfica cujo rio principal seja de domínio da União. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) disse que a proposta apresentada implicava em uma alteração da composição do CNRH, o que poderia se traduzir em dificuldades, haja vista a Moção CNRH nº 36, de 2006. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou que não haveria a previsão em lei da participação dos comitês no CNRH, sendo sua inclusão providenciada no Regimento Interno, em conjunto com os consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas. Pelo fato, disse, a participação solicitada no CNRH já estaria contemplada para o segmento como um todo. O Sr. João Clímaco (ONGs) disse que a demanda apresentada não seria pertinente sob o ponto de vista da sociedade civil, uma vez que o demandador seria um ator privilegiado da proposta. Após debates, foi consenso que a resposta a ser encaminhada ao CEIVAP seria pelo entendimento obtido nesta CTIL que o aumento do número de vagas para os Comitês no CNRH já estaria contemplado pela Moção CNRH nº 36, de 2006, cabendo aos representantes do segmento o entendimento pela propriedade da indicação de uma vaga para os comitês em bacias com rio principal de domínio da União. Passou-se ao **Item 8 de pauta: Relato dos trabalhos do GT para aprimoramento da proposta de Moção que “recomenda a integração dos Comitês de Bacia Hidrográfica com os Comitês Gestores de Parques Aquícolas”**. Considerando a impossibilidade de comparecimento do Sr. Marcelo Sampaio (SEAP-PR), o debate desse item de pauta foi adiado para a próxima reunião. Na abordagem do **Item 9 de pauta: Relato das atividades referentes ao SIAPREH**, considerando também a impossibilidade de comparecimento da Sra. Manuela Moreira (SRH/MMA), foi solicitado para a próxima reunião um relato das ações do GT, assim como da SRH/MMA na implementação do SIAPREH, verificando-se, inclusive, a pertinência da continuidade deste GT. Passou-se assim ao **Item 7 de pauta: Discussão e encaminhamento de proposta de regulamentação do art. 12 da Lei nº 9.433, de 1997 – apresentada pela Conselheira Ninon Machado**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que a Sra. Ninon Machado (ONGs) fizera o encaminhamento dessa questão durante reunião da CTPNRH (**Anexo VIII**), sendo consenso na ocasião o seu envio para debate nesta CTIL, o que fora providenciado na forma de discussão para encaminhamento. A Sra. Marina Scalon (MME), em face da ausência da Sra. Ninon Machado (ONGs), considerou prejudicado o debate e sugeriu o adiamento do item para a próxima reunião, o que foi acatado. Por oportuno, o Sr. João Clímaco (ONGs) destacou como pertinente a proposta sob o ponto de vista da sociedade civil, no intuito da promoção de uma participação mais igualitária nos processos decisórios. Expôs seu entendimento pelo cumprimento da Lei, trazendo essa subordinação para regulamentação. Finalizando a reunião, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) justificou a marcação da próxima reunião da CTIL para o dia 1º de março pelo agendamento de reunião plenária do CNRH para o dia 19 de março. E assim, às 17h10, agradeceu a presença e o empenho de todos e encerrou os trabalhos desta 89ª reunião da CTIL.

RESUMO DA REUNIÃO:

- Item 2: aprovada a ata da 88ª reunião da CTIL, com modificações;
- Item 3: após modificações de forma no texto, foi obtido o parecer favorável desta CTIL para o encaminhamento da proposta de Resolução para deliberação superior do Plenário do CNRH;
- Item 4: foi proferida palestra sobre o tema da representatividade, seguida de debates, pela Sra. Rebecca Abers (UnB), do Instituto de Ciência Política, da UnB;

437- Item 5: encaminhada à Secretaria Executiva uma solicitação de estudo e elaboração de
438minuta de justificativas para que o tema do estabelecimento de critérios para a definição do
439curso de água principal de uma bacia hidrográfica fosse debatido e normatizado no âmbito do
440CNRH;

441- Item 6: foi consenso que a resposta a ser encaminhada ao CEIVAP seria pelo entendimento
442obtido nesta CTIL que o aumento do número de vagas para os comitês no CNRH já estaria
443contemplado pela Moção CNRH nº 36, de 2006, cabendo aos representantes do segmento o
444entendimento pela propriedade da indicação de uma vaga para os comitês em bacias com rio
445principal de domínio da União;

446- Item 7: o debate foi adiado para a próxima reunião desta CTIL;

447- Item 8: o debate foi adiado para a próxima reunião desta CTIL.

448

449Ata aprovada na 90ª reunião da CTIL, realizada em 1º de março de 2007.

450

451

452

Julio Thadeu Silva Kettelhut

453

Presidente da CTIL

454

455

456

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo

457

Relator